

A MESTIÇAGEM COMO UM PROCESSO DE RE-SIGNIFICAÇÃO DE IDENTIDADES

Pedro Rodolpho Jungers Abib

*"Somos todos juntos uma miscigenação /
e não podemos fugir da nossa etnia /
índios, brancos, negros e mestiços /
nada de errado em seus princípios "*

("Etnia" - música de Chico Science)

Introdução

No atual contexto social, onde o chamado processo de globalização tem determinado mudanças substanciais em todas as esferas da atividade humana, estamos passando por um processo de redefinição de uma série de conceitos, valores e princípios que até há muito pouco tempo, sequer eram questionados. Entre esses conceitos estão o da **diferença** e o da **identidade**, que vêm sendo extensamente discutidos na teoria social onde diversas abordagens tem sido feitas, tornando a discussão em torno desses temas, um campo fértil para a formulação de análises e reflexões que embora muitas das quais discordantes entre si, muito têm contribuído para o aprofundamento dessas questões.

A assim chamada "crise de identidade" é vista por HALL (1999), como parte de um processo mais amplo de mudança, que vem abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social, ao passo que desloca as estruturas e processos centrais das sociedades modernas. Desse modo, a discussão sobre a identidade ultrapassa as questões territoriais, e os conceitos de nação e de raça.

Nesse trabalho pretendemos analisar o que seria o processo de gestação de uma identidade mestiça em curso na sociedade brasileira como uma re-significação das matrizes étnicas que a constitui, abordando o conteúdo político que a ela se vincula. Ao explicitar o confronto teórico que se estabelece entre alguns autores sobre a questão da identidade e da mestiçagem, procuramos identificar contribuições e limites nesses trabalhos, apontando para a possibilidade de uma abordagem diferenciada no sentido de uma superação das teorias analisadas, e buscando uma síntese que não pretende aqui se esgotar, mas abrir caminho para novas e futuras reflexões.

Identidade e Mestiçagem: Conflitos e Contradições

O caldo de cultura constituinte da nação brasileira, proveniente de tão diversificados ingredientes, é responsável pela construção de uma miríade de signos e simbologias, constituídos ao longo desses quinhentos anos em que o nosso povo expressa e manifesta seus sentimentos de dor e alegria, revolta e resignação, euforia e sofreguidão, violência e paixão, com que vem enfrentando a luta pela sobrevivência e pela sua afirmação, num contexto sócio-político e econômico extremamente desfavorável, determinado pelo modelo capitalista dependente que, em diferentes épocas e de maneiras diferentes, vem caracterizando nossa sociedade como uma sociedade servil, sociedade-objeto onde o sentido ontológico da sua existência é o de "ser para o outro" (FREIRE, 1979).

* Professor da UFBA(Universidade Federal da Bahia) e doutorando em Ciências Sociais aplicadas à Educação pela UNICAMP(Universidade Estadual de Campinas).

Sociedade complexa e contraditória que apesar de uma dominação econômica, política e cultural a que vem sendo submetida em diversos períodos da história, caracterizada segundo ZIMMERMANN(1986), no Brasil como em toda América Latina “(...)por uma situação de inferioridade, onde nosso ser é um ser em inferioridade, nosso estar, um estar na inferioridade (...) devido a que nossa realidade social, cultural e política sempre foi marginal com relação à metrópole”(p.20), ainda assim consegue expressar-se e manifestar-se através de uma cultura tão rica quanto diversificada, que tem a capacidade de recriar-se constantemente, inaugurando novas condutas e formas de lidar com toda a adversidade presente nesse contexto de desigualdades e desumanidades.

Os povos sofridos da América Latina tiveram historicamente, sua alteridade negada, tanto externamente, do ponto de vista dos países responsáveis pela condução dos seus destinos, legitimados segundo ZIMMERMANN, pela visão ontológica da totalidade que se impõe à negatividade (predicada) dos que estão fora do âmbito do seu ser (já que o europeu, o católico é, enquanto o índio, o negro não é), quanto internamente, a partir de uma negação por parte das elites hegemônicas nacionais reprodutoras do etnocentrismo, em relação às chamadas “culturas inferiores” ou “sub-culturas” representadas nos ritos, cultos e manifestações entre outros elementos presentes nas culturas afro-ameríndias.

A etnia afro-brasileira particularmente, em função do regime escravista a que foi submetida, sofreu uma violência brutal durante mais de três séculos - período que durou a escravidão no Brasil - violência essa que se reatualiza no contexto do capitalismo industrial, como reflexo de toda uma história de negação ontológica de uma etnia. Isso coloca o negro numa posição de inferioridade que o marginaliza socialmente, em termos de condições de trabalho, acesso à escolaridade, a um sistema digno de saúde, etc., e que acaba também, influenciando negativamente na valorização de sua cultura e na constituição de sua auto-imagem, levando-o a internalizar essa desvalorização perante o branco, fator que contribui decisivamente na diminuição de sua auto-estima.

D'ADESKY(1996), exemplificando tal situação, diz ser quase impossível achar, no espaço urbano, marcas afro-brasileiras eminentes. Os bairros residenciais da burguesia e da classe média erguem, a sua maneira, biombo à entrada de elementos concretos da cultura afro-brasileira, referindo-se à quase inexistência de representações simbólicas como edificações, estátuas e bustos vinculados à etnia negra, nos espaços públicos urbanos. Segue o autor analisando as mensagens veiculadas pela mídia (televisão, cinema, imprensa escrita, publicidade, etc.) e conclui que existem pouquíssimas referências sobre a imagem do homem e da mulher negra e sobre a cultura afro-brasileira, postura essa que ignora a realidade da diversidade cultural e do pluralismo étnico do país, traduzindo na verdade um etnocentrismo que privilegia informações relativas a segmento da sociedade com padrões de referência oriundos da Europa, dos EUA, etc. Diz ele:

"Para a população negra, a ação da mídia, em matéria de auto-estima, é extremamente prejudicial. Quando não sofre da exclusão a que é submetida, se vê desviada de sua própria realidade para ser transportada para um universo fictício de cinema e de novelas de televisão, cuja imagem geralmente estereotipada ou sem grande influência no enredo, reforça os preconceitos, podendo servir de álibi para a perpetuação do monopólio de representação do Brasil pelo branco" (p.124)

As perseguições sofridas pelas manifestações da cultura afro-brasileira como a Capoeira, o Candomblé e a Umbanda, são outros exemplos da intolerância com que setores ligados ao poder agiam, historicamente, através de uma repressão violenta contra seus praticantes, utilizando-se inclusive de instrumentos legais para legitimá-la. A Capoeira esteve por mais de trinta anos no Código Penal Brasileiro, considerada como crime, onde os infratores eram condenados a penas que variavam entre seis meses e um ano de prisão, ou a trabalhos forçados na Ilha de Fernando de Noronha. Apenas na década de 30, pela influência de Getúlio Vargas, é que ela é descriminalizada (REGO, 1968). Os terreiros de Candomblé e Umbanda por sua vez, até há pouco tempo atrás eram obrigados a manterem-se na clandestinidade, por conta da repressão policial e do preconceito social em relação às suas cerimônias religiosas.

Por outro lado, Darcy Ribeiro, mesmo considerando o preconceito e a discriminação contra a etnia afro-brasileira como característica histórica de nossa sociedade, em sua antológica obra "O Povo Brasileiro" (1995), faz uma abordagem sobre a questão da etnia, que defende a tese da miscigenação como fator preponderante da diversidade social e cultural que caracterizam nosso país, enquanto possuidor de uma idiosincrasia única e complexa, que nos diferencia de qualquer sociedade desse planeta. Conforme o autor, nessa confluência que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas e formações sociais defasadas, se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo, num novo modelo de estruturação societária. Novo porque *"(...) surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais dela oriundos."*(p.19).

Também novo segundo o autor, porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um gênero humano diferente de quantos existam, e que além disso, se caracteriza por um novo modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização sócio-econômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial.. Novo, inclusive, *"(...) pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e comove todos os brasileiros."* (ibidem)

Porém MUNANGA(1997), faz uma dura crítica a essa postura afirmando que a mestiçagem não pode ser concebida apenas como um fenômeno estritamente biológico, isto é, um fluxo de genes entre populações originalmente diferentes, mas antes de mais nada, a partir de categorias cognitivas largamente herdadas da história da colonização. É através dessas categorias cognitivas, segundo ele, cujo conteúdo é muito mais ideológico do que biológico, que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico

MUNANGA afirma que a ideologia racial elaborada a partir do fim do século XIX e meados do século XX pela elite brasileira, caracterizada pelo ideário do branqueamento, roubou dos movimentos negros o ditado " a união faz a força" ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos. Diz ele que:

" (...) a mestiçagem, como articulada no pensamento brasileiro entre o fim do século XIX e meados deste século, seja na sua forma biológica (miscigenação), seja na sua forma cultural (sincretismo cultural) desembocaria numa sociedade inicial e unicultural. Uma tal sociedade seria construída segundo o modelo hegemônico racial e cultural branco, ao qual deveriam ser assimiladas todas as outras raças e suas perspectivas produções culturais. O que subentende o genocídio e o etnocídio de todas as diferenças para criar uma nova raça e uma nova civilização brasileiras, resultantes da mescla e da síntese das contribuições dos 'stocks' raciais originais. Em nenhum momento se discutiu a possibilidade de consolidação de uma sociedade plural em termo de futuro, já que o Brasil nasceu historicamente plural." (p. 151)

Segue o autor dizendo que algumas vozes nacionais estão tentando atualmente encaminhar a discussão em torno da identidade "mestiça", capaz de reunir todos os brasileiros (brancos, negros, mestiços), e visualiza na obra de RIBEIRO entre outros autores, uma legitimação dessa proposta que se configura numa nova sutileza ideológica para recuperar a idéia da unidade nacional não alcançada pelo fracassado branqueamento físico pois, se do ponto de vista biológico e sociológico, a mestiçagem e a transculturação entre povos que aqui se encontraram é um fato consumado, a identidade é um processo sempre negociado e renegociado, de acordo com os critérios ideológico-políticos e as relações de poder. Afirma MUNANGA que: *"A mestiçagem tanto biológica quanto cultural teria entre outras conseqüências, a destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados, ou seja, o etnocídio. Por essa razão, a mestiçagem como etapa transitória do processo de branqueamento, constitui peça central da ideologia racial brasileira, embora reconhecemos que todos os intercursos sexuais entre brancos e negros não foram sugeridos por essa ideologia"* (p.190)

MUNANGA compartilha essa análise com D'ADESKY que faz uma crítica ferrenha ao ideal do branqueamento, e que segundo ele, em nome de uma visão suprarracial, pretende favorecer os cruzamentos e misturas enquanto modo ideológico de organização social, privilegiando somente um grupo humano específico (o branco), caracterizado simultaneamente por sua centralidade, sua superioridade e sua permanência no tempo. Esse fato exige do negro e do índio um despertamento, uma ruptura com sua etnicidade. Em suma, a mestiçagem, que aparentemente aproxima e une, vem ferir o indivíduo negro e o índio que não corresponde ao tipo ideal, que, despido de semelhanças, supõe a exclusão e a denegação da identidade.

Assim, MUNANGA lança as seguintes questões enquanto problemas a serem enfrentados pela luta em busca da afirmação de uma identidade afro-brasileira: Como formar uma identidade em torno da cor e da negritude não assumidas pela maioria cujo futuro foi projetado no sonho do branqueamento? Como formar uma identidade em torno de uma cultura até certo ponto expropriada e nem sempre assumida com orgulho pela maioria dos negros mestiços ?

D'ADESKY por sua vez, tenta contribuir com essa discussão, ao fazer uma diferenciação entre os conceitos de multiculturalismo e pluralismo cultural, explicando que o multiculturalismo chega a expressar um sentido político que o coloca quase em oposição ao pluralismo cultural. Baseando-se no relativismo cultural, a partir das opiniões de autores como Taylor(1994), Susan Wolf (1994) e Steven Rockefeller(1994), ele define o multiculturalismo vinculando-o a idéia de igualdade de valores entre as culturas, o que deve resultar em políticas públicas de favorecimento às culturas menosprezadas. O pluralismo cultural por outro lado, está mais vinculado à idéia de universo intercultural que tende a desprender o indivíduo da influência das identidades coletivas organizadas (comunidade, etnia, nação), caracterizando um deslocamento do plano coletivo para o individual. Citando Paul Blanquart (1986), o autor afirma que esse processo favorece o aparecimento das identidades pessoais não fechadas, ou seja, aquela em que o indivíduo acaba identificando-se com um conjunto de elementos e traços culturais que ele mesmo escolheu, prevalecendo dessa forma um consumo, aqui ou ali, de valores diversos sempre renovados. Essa liberdade de escolha que é pessoal e exclusiva do indivíduo intercultural, acarreta segundo BLANQUART apud D'ADESKY, "*um risco de superficialidade e de dissolução dessas identidades pessoais*"(p.45)

Ao defender a noção de multiculturalismo perante a noção de universo intercultural que respalda o conceito de pluralismo cultural, D'ADESKY afirma que sozinha, a intercultural que assume uma certa heterogeneidade de valores, não está apta a erradicar os preconceitos, sectarismos e racismos que subjagam os indivíduos, não leva à tomada de consciência do necessário respeito incondicional dos grupos particulares em suas manifestações culturais, não se importando também, com o discurso do direito à diferença dos grupos étnicos específicos. E na medida em que não conduz o indivíduo a uma exteriorização crítica de sua própria cultura, não se coloca como motor de uma militância anti-racista, já que atua mais no plano individual. Diz D'ADESKY que ao dar proeminência ao indivíduo, o intercultural difere fundamentalmente do multiculturalismo que busca sobretudo a valorização da pessoa humana enquanto cidadão, a partir do reconhecimento afirmativo dos valores coletivos expressos na cultura de cada grupo e comunidade.

Entretanto, apesar das atitudes interculturais não serem suficientes para incorporar ou fazer o aprendizado de uma outra cultura, não se pode negar que constituam, às vezes, um modo de abertura em relação ao outro, que pode mesmo, em certos casos, conduzir o indivíduo a considerar os traços ou referências culturais, além do simples olhar pelo exótico ou consumo superficial.

Concordamos com a análise compartilhada por MUNANGA e D'ADESKY, sobretudo por reconhecer a contribuição que ela traz, ao nível da denúncia de um processo sutil e eficaz de construção de um discurso que procura negar as diferenças culturais e étnicas, baseado em estratégias chamadas de "branqueamento", onde se valoriza e se busca através do processo de miscigenação, uma única referência cultural e étnica (a da raça branca) para o sentido daquilo que chamamos de "Nação". Esse processo, baseado na difusão de formas simbólicas que legitimam determinada visão de mundo, é analisado por THOMPSON (1995) enquanto um processo ideológico, onde as formas simbólicas e os

sentidos assim mobilizados são também constitutivos da realidade social e estão ativamente envolvidos tanto em criar como em manter as relações entre pessoas e grupos, mas que se difere do conceito de ideologia utilizado por Marx que, embora reconheça que essas formas (que ele chama de "tradição" em seus escritos) sejam responsáveis pela manutenção dessas relações sociais, não considera seu poder constitutivo dessas relações, atribuindo esse papel somente às relações materiais de produção, ou seja, às circunstâncias de caráter econômico.

Ao comentar sobre os modos de operação da ideologia, THOMPSON elenca uma série de estratégias, entre as quais, a chamada por ele de **unificação**, que é aquela que mais nos interessa nessa análise, já que segundo o autor, ela se caracteriza por estabelecer e sustentar relações de dominação através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independente das diferenças e divisões que podem separá-los. Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica. Na prática, afirma THOMPSON, a simbolização da unidade pode estar interligada com o processo de narrativização, na medida em que símbolos de unidade podem ser uma parte integrante das narrativas das origens que conta uma história compartilhada e projeta um destino coletivo. Ao unir indivíduos de uma maneira que suprima diferenças e divisões, a simbolização da unidade pode servir, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação.

Não temos dúvida, que a posição defendida por MUNANGA e D'ADESKY contribui decisivamente no esclarecimento dessa questão, e mais, municia os movimentos negros e movimentos reivindicatórios anti-racistas, com argumentos extremamente plausíveis para a condução de sua militância na luta contra o preconceito e a discriminação na sociedade brasileira. Porém existem contradições fundamentais, ao nosso ver, na obra desses dois teóricos, que limitam as possibilidades de uma análise mais aprofundada das questões abordadas.

Embora possamos admitir que o argumento da miscigenação, enquanto formulação de uma política nacional visando a unificação étnica e cultural, traz no seu bojo a ideologia do branqueamento, e a afirmação da superioridade de uma etnia sobre a outra, entendemos ser essa análise um tanto limitada e que precisa de um aprofundamento, não se esgotando apenas nessa formulação. Nesse sentido, trazemos aqui novamente e somos levados a concordar com as idéias de RIBEIRO, quando afirma ser o mestiço uma nova etnia com particularidades e especificidades diferentes em relação ao índio, ao negro e ao branco. De acordo com o autor, essa nova etnia surge justamente da necessidade de diferenciação. Diz RIBEIRO: "*O primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, esse brasilíndio mestiço na carne e no espírito, que não podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais americanos - que ele desprezava -, nem com os europeus - que o desprezavam -, e sendo objeto de mofa dos reinóis e dos luso-nativos, via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o brasileiro*".(p.128).

Continua RIBEIRO, afirmando que o negro escravo, por sua vez, enculturado numa comunidade africana, permanece, ele mesmo, na sua identidade original até a morte, não procurando, construir nenhum laço cultural com o brasileiro, mesmo o escravo ou escrava como ele. Diz o autor que:

"Sobrevivendo a todas as provações, no trânsito de negro boçal a negro ladino, ao aprender a língua nova, os novos ofícios e novos hábitos, aquele negro se refazia profundamente, porém não reduzia jamais seu próprio ser à simples qualidade de negro na raça e de escravizado. Seu filho, crioulo, nascido na terra nova, racialmente puro ou mestiçado, este sim, sabendo-se não-africano como os negros boçais que via chegando, nem branco nem índio, se sentia desafiado a sair da ninguentude, construindo sua identidade. Seria assim, segundo o autor, também ele, um protobrasileiro por carência"(p.131).

Sugere RIBEIRO que, através dessas oposições e de um persistente esforço de elaboração de sua própria imagem e consciência como correspondentes a uma entidade étnico-cultural nova, é que surge, pouco a pouco, e ganha corpo a brasilidade. Assim: "O

brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguentude de não índios, não-europeus e não-negros, que eles se vêem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira". (p.131).

Pergunta-se então o autor: Quando é que, no Brasil, se pode falar numa etnia nova, operativa? Quando é que surgem brasileiros, conscientes de si, senão orgulhosos de seu próprio ser, ao menos resignados com ele? Ele mesmo responde afirmando que isso se dá quando milhões de pessoas passam a se ver não como oriundos dos índios de certa tribo, nem africanos tribais ou genéricos, porque daquilo haviam saído, e muito menos como portugueses metropolitanos ou crioulos, mas a se sentir soltas e desafiadas a construir-se, a partir das rejeições que sofriam, como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros.

Portanto, apesar de discordarmos da teoria da miscigenação enquanto unificação étnica, que perpassa toda a obra de RIBEIRO, temos de admitir que a interpretação que o autor faz da gênese do "ser brasileiro", traduz muito bem um aspecto particular da posição que ora defendemos, o que nos fornece elementos para identificarmos uma importante contradição na posição assumida por MUNANGA e D'ADESKY, pois entendemos que, ao negarem o mestiço como uma possibilidade de construção identitária, estão desconsiderando esse processo tão marcante da nossa sociedade que revela um modo muito peculiar de se caracterizar enquanto brasileiro. Além disso, os autores parecem ignorar um outro fenômeno bastante característico das sociedades contemporâneas: a transitoriedade das identidades, ou aquilo que HALL(1999) chama de "*descentramento de identidades*". Esse processo é descrito pelo autor ao referir-se ao sujeito que até então se reconhecia como tendo uma identidade unificada e estável, e vê-se hoje fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. A identidade, segundo ele "*torna-se uma 'celebração móvel' : formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (...)* A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia" (p.13).

O sujeito da contemporaneidade, pelo menos aqueles que habitam as sociedades mais influenciadas pelas mudanças tecnológicas dos meios de comunicação e pela indústria cultural, não tem mais como dispor de referências culturais ligadas a uma noção de tradição "pura" livre de influências externas, que permita que seu processo de construção identitária se dê de forma clara e livre de tensões.

Essa característica marcante daquilo que HALL chama de "*modernidade tardia*", é dada por profundas modificações nas relações de espaço e tempo que têm reestruturado toda a lógica dos modos de vida, alterando significativamente todos os tipos tradicionais de ordem social. Valendo-se do termo "*deslocamento*" utilizado por Ernest Laclau, o autor afirma que uma estrutura deslocada é aquela cujo centro é deslocado, não sendo substituído por outro, mas por uma "*pluralidade de centros de poder*". Entretanto, argumenta o autor que essa concepção perturbadora e provisória de identidade não deveria nos desencorajar, pois o deslocamento possui características positivas: ele desarticula as identidades fixas e estáveis do passado, porém abre perspectivas para novas articulações que permitem a criação de novas identidades e a produção de novos sujeitos que se recompõem em torno de pontos nodais particulares de articulação.

Talvez esse processo de formação de identidades não seja assim tão indefinido como quer fazer crer o autor, o que faz com que não concordemos com muitos aspectos dessa teoria, pois da forma como ela é apresentada, parece deixar muito pouco terreno para o reconhecimento da etnia enquanto uma instância que encerra todo um sistema simbólico de identificação grupal, relativização essa bastante característica da visão "pós-moderna" que o autor incorpora. Contudo, não podemos deixar de admitir que essa abordagem defendida por HALL, traz novos elementos que ampliam em muito as nossas possibilidades de reflexão sobre a questão da identidade na contemporaneidade.

O fato, então, de admitirmos a possibilidade da existência da identidade mestiça - com características próprias e com espaço cada vez mais demarcado em nossa sociedade, está intimamente ligado com a discussão acima apresentada, o que por sua vez, não elimina a possibilidade de afirmação da cultura afro-brasileira e da cultura indígena, ou mesmo a cultura dos imigrantes europeus ou asiáticos, como legítimas também nesse

mesmo contexto, embora se tenha claro que os espaços de trânsito entre essas culturas, é cada vez mais ampliado, mais passível de intercâmbios e intersecções. Afirmar isso contudo, não significa dizer, em hipótese nenhuma, que essas etnias estejam passando por um processo crescente e inexorável de diluição que acabará por vez em descaracterizá-las completamente. Estamos aqui apenas afirmando o caráter dinâmico que assumem as referências étnicas e culturais que caracterizam um determinado grupo social.

Não seria pois, a tese defendida e compartilhada por MUNANGA e D'ADESKY - a garantia e a valorização da diversidade étnica e cultural na sociedade brasileira - contraditória com a negação do mestiço como mais uma realidade étnica a conviver num espaço marcado cada vez mais por esse processo de hibridização? Como havemos de negar a especificidade do brasileiro mestiço, que sofre influências biológicas e culturais tanto do índio, quanto do branco e do negro? Como definir a identidade desse sujeito marcado por esse múltiplo pertencimento? A qual matriz étnica esse sujeito multicultural deve reivindicar seu pertencimento?

Entendemos que, na complexa estrutura social em que vivemos, onde tantas referências constituem um extenso universo de idiosincrasias, não podemos deixar de admitir que deva haver espaço para um tipo étnico híbrido - o mestiço - a dividir o espaço social e cultural com outras etnias, que embora legítimas do ponto de vista de afirmação de uma identidade específica, também vão sendo caracterizadas (por menos que queiram admitir os defensores de uma certa "pureza étnica") por esse processo de hibridização. Não queremos aqui negar a possibilidade do indivíduo construir sua identidade de forma mais marcante, a partir das referências culturais provenientes daquela etnia a qual reconhece seu pertencimento. Porém, devemos afirmar que ele pode também não identificar-se necessariamente com nenhuma dessas etnias em particular, sendo levado a construir seu processo identitário a partir de elementos ou traços culturais que re-signifiquem essas matrizes étnicas, reafirmando uma outra identidade: a de **brasileiro mestiço**, sem que com isso, caiamos na armadilha ideológica da unificação já devidamente denunciada nesse trabalho.

Taylor citado por D'ADESKY, defende a idéia de que as identidades são formadas em diálogo aberto, e portanto carregada de tensões. As identidades vão sendo assim formadas ou deformadas, tanto no plano individual como no plano social, de acordo com imposições e depreciações que vêm limitar o ideal de autenticidade. O autor considera importante o reconhecimento de especificidades culturais dos diferentes grupos para o desabrochar e a conservação existencial dos mesmos, principalmente quando essas especificidades não são universalmente compartilhadas. Defende portanto, uma estreita ligação entre **identidade e reconhecimento**, pois em nosso íntimo: "*(...) somos todos conscientes de até que ponto nossa identidade pode ser formada ou deformada durante os contatos com 'os outros doadores de sentido', enquanto que no plano social, a concepção de que as identidades são formadas em diálogo aberto, modeladas por um cenário social pré-estabelecido, tornou a política de reconhecimento igualitário mais fundamental e cada vez mais carregada de tensões*"(TAYLOR apud D'ADESKY, 1996 p.89).

Portanto, o processo de formação da identidade individual e coletiva é fruto de um reconhecimento que se conquista pela ação consciente e organizada de um grupo que reivindica esse reconhecimento e essa valorização. Esse reconhecimento é **conquistado** e não **concedido**. A identidade portanto, não é algo dado, como diz NOVAES(1993), mas uma condição forjada a partir de determinados elementos históricos e culturais, sendo sua eficácia momentânea, enquanto fator que instrumentaliza a ação, e será maior quanto mais estiver associada a uma dimensão emocional da vida social. Eis aí a questão chave para o entendimento da noção de construção identitária: a **dimensão política** enquanto fator de aglutinação em torno de uma determinada identidade. Essa noção se contrapõe frontalmente à crença da etnia enquanto fator "fundacional" de expressão cultural de um determinado grupo, em busca de uma pureza cultural perdida, o que acaba por ser, nas sociedades contemporâneas, nada mais que um mito. A identidade emerge quando sujeitos políticos se constituem, e nesse sentido, permite a criação de um *nós coletivo*, que leva a uma ação política eficaz, embora momentânea.

O próprio D'ADESKY afirma não ser suficiente verificar objetivamente os traços raciais, religiosos e lingüísticos para apreender concretamente a noção de grupo étnico em

um determinado local. É necessário saber em que proporção esses traços diferenciais dão lugar à tomada de consciência e às reivindicações coletivas de uma determinada identidade. O autor, que se posiciona contrariamente à tese da mestiçagem, entra porém numa importante contradição quando ele próprio enfatiza que "(...) *atualmente, brancos e negros brasileiros compartilham, mais do que imaginam, modelos comuns de comportamento e de idéias. Os primeiros são mais africanizados e, os segundos, mais ocidentalizados do que acreditam*" (p.37).

Assim, contraditoriamente à posição que defende ao longo de seu trabalho, a própria afirmação de D'ADESKY citada acima, nos fornece elementos que nos permite entendermos que o processo de construção de identidades, passa menos pelo plano da identificação étnica (no sentido de características culturais: língua, religião, costumes, tradições, sentido de lugar, etc.), e muito mais pelo plano político onde os sujeitos atuam pela reivindicação do direito à diferença, mas também por direitos sociais. Dessa forma, pode-se perceber a articulação entre poder e cultura, ou, nas palavras de NOVAES, "*entre o resgate da autonomia e os caminhos para se chegar até ela, que passam, necessariamente pelas trilhas da cultura, pois é exatamente no domínio da cultura que estes grupos resgatam sua autonomia e reafirmam sua diferença*" (p.27).

Se a questão da identidade não pode se restringir somente ao conceito de etnia, mas tem seu sentido também intimamente ligado ao das reivindicações políticas que unem determinado grupo – o que passa invariavelmente pela noção de cultura - temos assim os elementos que nos remetem à compreensão da identidade enquanto construções que permitem deslocamentos, pois os conteúdos das lutas pelo reconhecimento e pela autonomia cultural de determinado grupo são essencialmente políticas, e têm uma mesma característica: são sempre conjunturais, mudando de acordo com a realidade dada por uma conjuntura que nunca é estática. Se o conceito de deslocamento é fundamental no entendimento de construção identitária, temos portanto na categoria do mestiço, uma tradução que exemplifica perfeitamente essa noção de trânsito, de articulação entre as diversas referências culturais, de dinamismo das construções simbólicas que caracterizam determinado grupo social.

Nesse sentido defendemos a noção de um multiculturalismo que, diferentemente daquele apregoado por MUNANGA e D'ADESKY, seja determinado por uma noção que entendemos ser muito pertinente - a de "*identidades de fronteira*", desenvolvida por McLAREN (1999), e que preconiza que as identidades nunca estão completas, mas sempre em processo de negociação; estão continuamente em conflito dentro de uma montagem polivalente de discursos e por meio de linhas de vôo "*nomádicas e atópicas*". Defendemos porém, um multiculturalismo que se contraponha frontalmente à lógica individualista de um capitalismo que renova sua roupagem através do tão propalado discurso "pós-moderno", que vem seduzindo parcelas cada vez maiores de uma intelectualidade que adotava até há pouco tempo um discurso de esquerda, e para quem hoje, a luta de classes "é coisa do passado", restringindo a análise das relações de poder somente ao nível das micro-estruturas. Acreditamos num multiculturalismo que implique não apenas a aceitação da diferença, mas sobretudo a aquisição de poder por parte das minorias, o que não pode estar desvinculado portanto, das questões políticas e econômicas presentes nessas relações. Perspectivamos um multiculturalismo em que esse espaço de "fronteira" entre culturas - que é um campo de tensão permanente - possa significar um espaço onde a experiência e o cotidiano sejam valorizados, mas sem correr o risco de esquecer, mascarar ou deixar em segundo plano, as conotações globais (classe social, ideologia, etc...) que o instrumental teórico do marxismo ainda nos fornece de maneira tão atual. Queremos um multiculturalismo onde o conflito não seja escamoteado, e que a diferença não seja sinônimo de desigualdade. A mestiçagem em nossa opinião, não nega essas possibilidades, apenas permite aos sujeitos que ampliem seu sentimento de pertença ao transitar por essas "fronteiras". Esse ponto marca nitidamente nossa discordância para com a teoria defendida pelos autores citados, embora reconheçamos os avanços e as contribuições que ela traz no âmbito da teia de relações sociais.

No entanto, reconhecemos que ao abordar a questão da mestiçagem enquanto uma possibilidade de construção identitária, estamos entrando num terreno impreciso de definições, pois faltam elementos mais substanciais que possam caracterizar o mestiço

enquanto uma etnia que traz seus traços culturais claramente definidos. Entendemos que esse processo de definição vem se dando ao longo dessa nossa curta história de quinhentos anos de existência enquanto nação, e que a consciência de uma identidade mestiça ainda está em processo de construção, pois a legitimação dessa identidade só poderá se dar, pela re-significação dos elementos que a compõem, quais sejam, aqueles referentes às culturas negra, indígena e européia.

Essa re-significação passaria pois, por uma apropriação interpretativa desses elementos, não de modo a negá-los ou dissolvê-los numa unificação indiferenciada, mas a partir da construção ativa de uma síntese que possa se constituir enquanto novas possibilidades de construção identitária. Esse processo somente se concretizará, em nossa opinião, a partir do amadurecimento de uma noção de pertencimento a uma categoria de homens e mulheres que se reconhecem como frutos de uma mistura de matrizes étnicas que são por eles valorizadas em seus elementos essenciais, e que se empenham em fazer que esse reconhecimento, seja estabelecido também nas relações travadas no tecido social. Contudo, a legitimidade desse processo só se dará, se os alicerces dessa construção estiverem profundamente assentados no solo da ancestralidade, aqui entendida enquanto a memória que guarda cinco séculos de resistência e sofrimento dos muitos povos que constituem o povo brasileiro, e que ao ser acionada num processo coletivo de tomada de consciência sobre esse passado, pode se transformar numa força motriz que conduz à ação, em busca da construção do futuro..

Considerações Finais

Consideramos a discussão atual sobre identidade e diversidade como temas que têm gerado muita polêmica, principalmente a partir das novas abordagens e conceitos formulados mais recentemente, quer pela Antropologia Social, quer pela própria Sociologia. Essa polêmica tende a se aprofundar ainda mais, sobretudo no cenário brasileiro, caracterizado por uma diversidade cultural que abarca matrizes culturais tão díspares, além de interesses políticos tão contraditórios. Portanto, reconhecemos o quanto necessita de amadurecimento as reflexões aqui levantadas, no sentido de dar uma consistência maior à linha de argumentação explicitada nesse trabalho.

Nesse sentido, esperamos que essas reflexões possam prestar alguma contribuição à discussão em curso, ao mesmo tempo em que percebemos ainda um largo e instigante caminho a ser trilhado, em busca da formulação de teorias que nos auxiliem a compreender melhor esse complexo universo cultural do qual fazemos parte, na perspectiva de apontarmos para estratégias que possam contribuir para a construção de uma sociedade brasileira menos injusta, preconceituosa e discriminatória, e que valorize sua diversidade cultural como um passo em busca de uma cidadania mais plena, concreta e verdadeira.

Referências Bibliográficas

- D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: Racismos e Anti-Racismos no Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- McLAREN, Peter. *Multiculturalismo Crítico*. São Paulo, Cortez, 1999.
- MUNANGA, Kabengelê. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil*. Tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997
- NOVAES, Sylvia Caiuby. *Jogo de Espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo: Editora da USP, 1993.
- REGO, Valdeloír. *Capoeira Angola: Ensaio sócio-etnográfico*. Salvador: Ed.Itapuã, 1968.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

ZIMMERMANN, Roque. *América Latina: o não ser*. Petrópolis: Vozes, 1986.